



e-l@tina

Revista electrónica de estudios latinoamericanos

[e-l@tina](#) es una publicación del
Grupo de Estudios de Sociología Histórica de América Latina ([GESHAL](#))
con sede en el
Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe ([IEALC](#))
Facultad de Ciencias Sociales
Universidad de Buenos Aires

A inteligibilidade dos discursos que constroem o etanol como um “produto sustentável” no Brasil

Mariana Bombo Perozzi Gameiro

Mestre e Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCAR - Brasil), pesquisadora-livre na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (CESSP/EHESS – França); bolsista CAPES. E-mail: marianaperozzi@gmail.com

Recibido con pedido de publicación: 2 de marzo de 2016.

Aceptado para publicación: 16 de junio de 2016.

Resumo

A inteligibilidade dos discursos que constroem o etanol como um “produto sustentável” no Brasil

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial do etanol elaborado a partir da cana de açúcar. O sistema de produção deste combustível esteve historicamente atrelado a diferentes problemas de ordem social, político-econômica e ambiental. A partir da década de 2000, contudo, foram implementados diversos esforços institucionais –por exemplo, no tocante ao marketing, relações internacionais, regulações e marcos legais, acordos de múltiplas partes, etc.– com o objetivo de proporcionar à tal biocombustível uma imagem de sustentabilidade. Esta, por sua vez, não deixou de ser contestada por diferentes atores sociais, gerando um embate discursivo e a disputa pelo estabelecimento de regimes de verdade sobre o etanol. Este ensaio, atrelado a uma pesquisa em curso, traça alguns comentários na tentativa de compreender as condições de inteligibilidade dos discursos que constroem a imagem do etanol como um produto sustentável. O texto detém-se, particularmente, em reflexões preliminares acerca da alteridade e da influência da razão instrumental sobre a composição do nosso mundo sensível. O aporte teórico do presente ensaio tem respaldo, assim, em Foucault, Adorno, Horkheimer, Rancière e Butler.

Palavras-chave: Etanol; Discursos; Alteridade; Ética; Meio ambiente.

Summary

The intelligibility of discourses that build ethanol as a “sustainable product” in Brazil

Brazil is the largest world producer and exporter of the ethanol made from sugarcane. The producing system of this renewable fuel was historically linked to different social, politico-economic and environmental problems. After the decade 2000, many institutional efforts were made –in the fields of marketing, international relations, legal frameworks, multi stakeholders agreements, etc.– aiming to promote the image of a sustainable biofuel. This image, however, has been contested by different social actors, engendering a discursive debate and competing for the establishment of regimes of truth about the ethanol. This essay, linked to a research which is still being developed, proposes some commentaries about the intelligibility conditions of the discourses that construct the image of ethanol as a sustainable product. The text particularly focuses on primary reflections about alterity and the influence of instrumental reason on the composition of our sensible world. The theoretical background of this essay is based, therefore, on Foucault, Adorno, Horkheimer, Rancière and Butler.

Keywords: Ethanol, Discourses, Alterity, Ethics, Environment.

Introdução

A cana de açúcar, cujo plantio foi introduzido no Brasil pelos portugueses no século XVI, tornou-se rapidamente o principal produto da economia colonial brasileira, fornecendo os contornos das relações sociais e políticas que se estabeleceram nos séculos seguintes e marcando as raízes culturais da sociedade brasileira. Esses aspectos estão registrados em estudos seminais das ciências sociais no país (Freyre, 1933; Holanda, 1936) e em muitos outros posteriores, os quais dão provas da persistência, no decorrer do século XX, dos traços do patriarcalismo, da dominação hierárquica, do embricamento entre poder pessoal, político e econômico, do desenraizamento do campesinato e da expropriação de seus meios de vida e trabalho (Palmeira, 1976; Sigaud, 1979; Garcia, 2009).

O passado no presente. Ainda no início do século XXI, era possível observar que a herança histórica da escravidão refletia em critérios questionáveis de recrutamento da mão de obra e em condições inaceitáveis de trabalho nos canaviais (Silva, 2014); o sistema monocultor permanecia alvo de críticas pelo potencial de prejuízos à biodiversidade, aos recursos naturais (notadamente o uso degradante da água e terra) e à diversificação da produção agrícola (Thomaz, 2013); enquanto a propriedade concentrada da terra - somada à compra de terras por firmas estrangeiras –ainda levava a indagações sobre o modelo de desenvolvimento proposto para o campo brasileiro (Sauer e Leite, 2012).

Em paralelo a esse contexto, pôde-se observar um expressivo movimento, de contornos concretos e também simbólicos, orquestrado por grupos privados e públicos, para conferir à cadeia produtiva da cana de açúcar e, notadamente, ao etanol que dela deriva, uma imagem de sustentabilidade, tanto do ponto de vista ambiental, como social e econômico. É notório que tal sistema produtivo, cuja competitividade econômica esteve largamente associada aos incentivos diretos fornecidos pelo Estado brasileiro¹, precisou, novamente, recorrer ao apoio estatal para consolidar o que chama de “nova fase” do etanol. Dentre as mais importantes medidas, pode-se citar o subsídio à produção e à venda de carros tipo *flex-fuel em 2003*² (Schneider, 2015) e a criação da “diplomacia do etanol”, materializada, em maio de 2006, na criação do Departamento de Energia, locado dentro do Ministério de Relações Exteriores (MRE)³ (Machado, 2014). Além disso, um intenso trabalho publicitário –via estratégias diversificadas de formação da opinião pública, em adição ao marketing tradicional– foi e ainda vem sendo realizado, com financiamento do segmento empresarial e estatal⁴. Sob pressão da indústria canavieira, ademais, a nomenclatura do combustível

¹ Como é o caso do emblemático Programa Nacional do Álcool (Proalcool), vigente nas décadas de 1970 e 1980 (Veiga Filho e Ramos, 2006).

² O ano de 2003 marca o início dos esforços institucionais mais visíveis para transformar o etanol num produto “verde” também em função da escolha do engenheiro agrônomo Roberto Rodrigues – ligado ao setor sucroenergético tanto por sua carreira profissional como por sua história de vida pessoal – para o cargo de Ministro da Agricultura do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, que então iniciava sua gestão.

³ O resultado desse esforço diplomático refletiu-se na promoção de fóruns internacionais de discussão sobre bioenergia e na assinatura de acordos bilaterais e multinacionais de cooperação. Em janeiro de 2007, por exemplo, Brasil e Estados Unidos assinaram um memorando de entendimento que firma a parceria entre pesquisadores brasileiros e americanos visando ao desenvolvimento tecnológico e a atuação em países da América Central, para desenvolver a indústria de biocombustíveis no Haiti, República Dominicana e El Salvador. Com a União Européia, em outubro de 2009, foi assinado um memorando de entendimento visando à cooperação triangular com países africanos (via União Africana) em torno do etanol.

⁴ Um importante exemplo é o Projeto Agora, lançado em 2009 como “a maior iniciativa de comunicação institucional do agronegócio brasileiro, com o objetivo de integrar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar em torno da divulgação da importância da agroenergia renovável” (Unica, 2016). Dentre os

A inteligibilidade dos discursos que constroem o etanol como um “produto sustentável”... Mariana Bombo Perozzi Gameiro

passou de álcool anidro para etanol após a publicação da Resolução ANP n. 39 de 10/12/2009, no intuito de desatrelar a mercadoria de sua imagem negativa, associada ao atraso de um sistema agroindustrial que desrespeita condições mínimas de trabalho no campo

A principal justificativa para o fomento ao etanol no mercado brasileiro e internacional reside, como mencionado, em sua suposta “sustentabilidade”, o que tornaria o produto desejável pela sociedade, demandante de fontes renováveis de energia que possam substituir os combustíveis fósseis, por sua vez poluidores e em vias de esgotamento. O argumento ganha densidade com a proliferação, na agenda internacional, de discussões acerca das mudanças climáticas, do desenvolvimento sustentável e toda uma gama de assuntos relacionados à preocupação socioambiental (aquecimento global, economias de baixo carbono, Protocolo de Kyoto, ecodesenvolvimento, etc). Esses temas afetam as práticas de indivíduos e organizações, do nível micro ao macro, e podem ser entendidos como dispositivos para a gestão de populações, integrando o que Foucault (2003) chamou de biopolítica, tecnologia de poder que gere os coletivos humanos pela ênfase na proteção à vida.

As preocupações com as condições de manutenção da vida no planeta se radicalizam, segundo Leff (2009), no âmbito de nossa “cultura ecológica”. O termo é empregado por tal autor para designar um sistema de valores ambientais que reorienta os comportamentos individuais e coletivos, relativo às práticas de uso dos recursos naturais e energéticos. Isso decorreria de uma crise do modelo de desenvolvimento econômico moderno, manifestada na destruição da base de recursos naturais, no desequilíbrio tecnológico, na contaminação ambiental e na degradação da qualidade de vida de distintas sociedades. Como reflexo, Leff (2009) registra a revisão dos princípios morais que guiam a conduta dos homens e legitimam a tomada de decisões sobre o uso e as formas de exploração dos recursos naturais, sem tocar as raízes da racionalidade produtiva e dos estilos de desenvolvimento.

É este apelo ecológico que transforma o etanol numa opção geopolítica estratégica para a expansão do Brasil nos grandes mercados demandantes de energia, sobretudo através da exportação do produto. O país também busca ampliar sua inserção internacional por meio da transferência de modernas tecnologias de produção e processamento da cana-de-açúcar para países de aptidão agrícola similar, com vantagens para o Estado brasileiro e para as empresas privadas.

As tentativas de construção de imagens positivas para o etanol, porém, não se fazem distante das críticas. Além das já mencionadas condições degradantes de trabalho, a agroindústria sucroalcooleira, não raro, é atrelada à concentração de terras, à delapidação dos recursos naturais, ao avanço do plantio monocultor sobre biomas diversos, à competição com a produção de alimentos, entre outros.

Ambas vertentes discursivas –numa polarização simplista, a “favorável” e a “contrária” ao etanol– são embasadas cientificamente, dispõem de agentes “popularizadores”, recebem atenção da mídia e podem ser simbolicamente dramatizadas –fatores considerados por Hannigan (2009) como necessários para a construção de um problema ambiental. Ainda assim, os argumentos articulados para promover o etanol predominam nas arenas onde se disputam as construções de seus significados.

Se não fosse assim, a área plantada com cana-de-açúcar no Brasil não teria crescido 98% entre 2003 e 2014, ultrapassando 10 milhões de hectares, dos quais mais da metade são plantados no

parceiros do projeto, constavam companhias como Bayer, Basf, Dedini, FMC, Monsanto, Syngenta e diversos sindicatos de produtores de açúcar e etanol.

estado de São Paulo. Simultaneamente, a produção nacional de etanol aumentou 85% entre as safras 2003/04 e 2014/15, atingindo 28,3 bilhões de litros, segundo a entidade que representa a indústria canavieira (Unica, 2016b). Mais do que números indicativos de uma relação de oferta e demanda, esses dados sugerem, sem dúvidas, que o mercado é resultado de disputas políticas, culturais e axiológicas que perpassam a esfera econômica.

E, portanto, em torno dos mecanismos e processos que, agindo combinadamente, aumentam as condições de inteligibilidade do etanol como uma “mercadoria desejável”, assim desqualificando as críticas, que centro as análises deste ensaio. Para tanto, resgato as observações feitas por Adorno e Horkheimer em sua *Dialética do Esclarecimento*, acerca da razão instrumental, do ofuscamento e dos ticket-thinkings; reflito sobre a biopolítica de Foucault; abordo a noção de dissenso em Rancière e os comentários acerca da ética, do outro e da vulnerabilidade feitos por Judith Butler.

A legitimidade da ciência e a biopolítica

Os teóricos de Frankfurt aqui mencionados se debruçaram sobre o “nascimento” da razão à época do Iluminismo, apontando como a racionalidade técnica, que visava destruir mitos ou crenças não-esclarecidas, configurou-se em novas formas de dominação. Para eles, o programa do Esclarecimento era o desencantamento do mundo, tendo como meta dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. A técnica se configurava como a essência desse saber, não visando conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas sim o método, a utilização do trabalho de outros, o capital (Adorno e Horkheimer, 1985).

Tais autores afirmam que para a civilização, a vida no estado natural puro, a vida animal e vegetativa, constituía o perigo absoluto. “Os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza ao eu” (Adorno e Horkheimer, 1985: 43). Por isso, a universalidade do pensamento racional, como a desenvolve a lógica discursiva, eleva-se fundamentada na dominação do real. A razão substitui as representações difusas pela dominação na esfera das unidades conceptuais, imprimindo um estigma sobre a imaginação e a irracionalidade (contrárias ao “progresso”) e orientando novas formas de vida.

O contexto atual é outro. Não se trata de uma passagem, de uma progressiva substituição dos mitos e tradições pela razão. Vivemos em uma época em que a racionalidade técnica se expandiu para todos os domínios da vida pessoal ou coletiva e consolidou-se como justificativa plausível para embasar atos e decisões cotidianas. Radicalizou, portanto, sua influência na conformação de nossas subjetividades; subjugou os indivíduos. Poder e conhecimento são sinônimos, diria Nietzsche. Tanto lá, na era das luzes, quanto aqui.

Foucault concordaria. O pensador dedicou parte de suas reflexões à análise do poder vinculado à instituição e ao funcionamento do discurso científico na sociedade moderna, favorecendo a instalação da biopolítica enquanto tecnologia de poder baseada na produção de dados e saberes para proceder com a gestão populacional. A biopolítica centra sua preocupação nas relações entre a espécie humana e seu meio de existência –seja o meio geográfico, climático, hidrográfico ou o meio não-natural criado pelo homem (a cidade). Como técnica de poder, trata de estabelecer mecanismos reguladores que, numa população global, vão fixar estados gerais de equilíbrio, otimizar um estado de vida (Foucault, 2003).

A biopolítica implanta mecanismos que, assim como os mecanismos disciplinares, são destinados a maximizar forças e a extrai-las, mas por caminhos inteiramente diferentes (e que se somam), que levam em conta a vida, os processos biológicos, e asseguram sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida

em que eles se resumem a corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. A biopolítica, por sua vez, atua não sobre o “homem-corpo”, mas sobre o “homem-espécie”, na medida em que ele forma uma massa global.

No contexto da biopolítica, a população aparece como um problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder. Os fenômenos pertinentes só o são enquanto coletivos, aleatórios e imprevisíveis, que ocorrem num período de tempo longo, com efeitos econômicos e políticos. Por isso, os mecanismos implantados pela biopolítica pautam-se, sobretudo, em previsões, estimativas estatísticas, medições globais, no intuito não de modificar tal fenômeno em tal indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível geral. É um poder contínuo, científico, de “fazer viver” (Foucault, 2003).

As disputas discursivas em torno do etanol ratificam a impossibilidade de se justificar qualquer posicionamento público (político, econômico, axiológico) sem apoiar-se na base racional da ciência – que entendo ser hoje a forma mais legítima da razão. Inúmeros estudos, sustentados por métodos científicos avançados e desenvolvidos em centros de pesquisa de ponta, são apropriados pelos mais diferentes atores sociais envolvidos com este debate, dos *lobbies* da indústria canavieira aos movimentos sociais de trabalhadores rurais, dos Estados nacionais às organizações não-governamentais ambientalistas. Tais estudos referem-se, por exemplo, a quantificações do impacto ambiental do cultivo da cana de açúcar, trazendo tanto resultados positivos quanto negativos para o balanço energético da cultura, a depender da metodologia e das variáveis utilizadas⁵.

Desprovida de reflexividade e de crítica imanente, porém, a ciência restringe-se à razão esclarecida, que opera no nível objetivo, sem prestar-se à emancipação do sujeito. Para os teóricos de Frankfurt, quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o que existe, tanto mais cegamente o esclarecimento regride à mitologia. Os limites da razão esclarecida são expostos naqueles momentos em que ela (a razão) passa a produzir o seu contrário, ou seja, o mito (Cohn, 1998). Frequentemente os discursos para a promoção do etanol remetem a problemas carregados de uma aura mítica, que facilitam a gestão por meio da biopolítica. Sustentados por dados quantitativos, estimativas e projeções, uma profusão de estudos fornece provas acerca do aquecimento global, da escassez dos recursos não-renováveis e da necessidade urgente de busca por outras fontes energéticas, como o etanol. Segundo Weid (2009), diante de previsões tão sombrias, não é de se admirar que a busca por alternativas energéticas, sobretudo as renováveis, tenha se tornado uma obsessão mundial.

A produção desses mitos está legitimada pelo medo de uma “revolta” da natureza contra o homem. Se o projeto da razão foi sempre o de dominar a natureza, num esforço de auto-preservação do sujeito, como ponderaram Adorno e Horkheimer (1985), a observação de dados imediatos (aumento das temperaturas, degelo das calotas polares, aumento do nível dos oceanos, catástrofes naturais, como tsunamis e terremotos) sugere que o homem pode estar perdendo as rédeas desta caminhada. Isso faz da gestão racional das populações um projeto coletivo, e parece ser de bom grado que todos nós, sujeitos disciplinados, prestemos sua contribuição neste sentido.

Ética e o falso dissenso

⁵ O estudo de Macedo et al (2008), por exemplo, indica que o etanol brasileiro de cana-de-açúcar gera 9,3 unidades de energia renovável para cada unidade de energia fóssil usada no seu processo de produção, atestando a superioridade energética da cana. Já o trabalho de Fargione et al (2008), por sua vez, constata que a conversão de florestas tropicais, savanas ou pastagens para a produção de biocombustíveis com base em cultivos alimentares no Brasil, Sudeste da Ásia e Estados Unidos lança de 17 a 420 vezes mais CO₂ do que a substituição dos combustíveis fósseis proporcionaria em termos de redução de gases de efeito estufa.

A biogovernabilidade das populações como um projeto coletivo e sustentável traz, implicado em seu bojo, o compartilhamento de um ideal ético em termos pessoais e coletivos. A “consideração benfeitora” desta ética apela para o cuidado para com outros indivíduos (as ditas “gerações futuras” ou genericamente “os habitantes da Terra”), e igualmente para a proteção do meio ambiente (fauna, flora e demais recursos naturais, como a água ou o ar). Ela encontra-se explícita nos materiais publicitários ou informativos (Unica, 2008; Unica, 2012) que visam difundir informações sobre o potencial do etanol para a sustentabilidade da matriz energética brasileira e global, bem como nos discursos genéricos sobre as mercadorias ambientais, interpelando uma questão ética que nos vincula por certa autoridade moral. Tal autoridade, segundo Butler (2011), é introduzida e sustentada no momento em que o discurso nos alcança, fazendo com que algo de nossa existência se prove precário quando o discurso falha em nos convencer. A autora ressalta que a concepção do que é moralmente vinculante, porém, não é dada pelo próprio indivíduo; não procede da sua autonomia ou da própria reflexividade. Ela chega a ele de um lugar desconhecido, de forma inesperada, involuntária e não planejada.

Butler (2011) usa a noção de “rostos”, buscada em Emmanuel Levinas, para explicar a maneira pela qual outros nos fazem reivindicações morais, nos direcionam demandas morais, as quais não pedimos. O rosto, que não é necessariamente humano, tem a ver com a responsabilidade. “Responder ao rosto, entender seu significado, quer dizer acordar para aquilo que é precário em outra vida ou, antes, àquilo que é precário à vida em si mesma. [...] Precisa ser um entendimento da condição de precariedade do Outro” (Butler, 2011: 18-19). É isto, segundo a autora, que faz com que a noção de rostos pertença à esfera da ética.

A esta altura, a própria autora lança a pergunta: “Mas a qual Outro respondo eticamente? Qual Outro coloco antes de mim?” (Butler, 2011: 23). Também podemos nos perguntar quem são ou quais são os “outros” apresentados nas demandas postas pelos discursos relativos ao etanol. Antes, porém, é preciso reexaminar o conteúdo dos discursos que a nós se apresentam, como diz Butler (2011), mesmo sem que os desejemos, lembrando que a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e dominar seu acontecimento aleatório (Foucault, 2009). Deste modo, cada sociedade tem o que Foucault (1979) chama de “regime de verdade”, ou seja, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados e a maneira como os sanciona; os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; e o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

A análise dos discursos que contribuem para a construção social da imagem do etanol, os quais concorrem para a construção de regimes de verdade acerca de tal mercadoria, permite-nos identificar que parcela bastante expressiva dos argumentos é fortemente embasada em constatações científicas. Estas correspondem, de um lado, a estudos que defendem a superioridade do etanol frente aos demais agrocombustíveis devido ao balanço energético favorável⁶, à capacidade de geração de energia elétrica por meio da queima do bagaço, ao menor custo de produção do etanol e ao mais alto nível de produtividade em relação às demais culturas agroenergéticas (Jank e Nappo, 2009). De outro lado,

⁶ Balanço energético diz respeito à energia contida no combustível em comparação com a energia fóssil usada para produzi-lo. Como já mencionado, estimativas de Macedo et al (2008) indicam que o etanol gera 9,3 unidades de energia renovável para cada unidade de energia fóssil usada no seu processo de produção. Este número é usado em discursos da indústria canavieira e do governo brasileiro. Vários estudos apresentam estimativas inferiores, como Patzek e Pimentel (2005) e Fargione et al (2008).

A inteligibilidade dos discursos que constroem o etanol como um “produto sustentável”... Mariana Bombo Perozzi Gameiro

contrapondo-se a estes discursos, estão aqueles estudos que vêem na expansão da cultura da cana uma ameaça à preservação de florestas tropicais, a concorrência com a produção de alimentos e o risco de inflação de seus preços, com o conseqüente aumento do problema da fome (Runge e Senauer, 2007), além dos questionamentos sobre a efetiva sustentabilidade ambiental deste cultivo. Independentemente da direção em que apontam tais pesquisas, aparenta-se ter, no fundo, o triunfo da racionalidade objetiva, a submissão ao formalismo lógico, que segundo Adorno e Horkheimer (1985) tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado.

Embora exista um claro confronto entre esses discursos, não se verifica, aqui, a existência de um dissenso, no sentido dado ao termo por Rancière (2006). Dissenso, para o autor, não é o antagonismo social, o conflito de opiniões, a oposição de dois grupos. “É a divisão no núcleo mesmo do mundo sensível. [...] Uma modificação singular do que é visível, dizível, contável” (Rancière, 2006: 372). Em outras palavras, não é um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas sim um conflito sobre a constituição do mundo comum, sobre o que se vê e se ouve, sobre quem fala e a visibilidade dos que são nele designados.

A aparente oposição entre os grupos favoráveis e contrários ao etanol não é, portanto, um dissenso, porque não rompe com o núcleo do sensível, com sua racionalidade própria. Por traz da diversidade de argumentos que atacam ou defendem a expansão e o consumo desta mercadoria há um pressuposto comum, que é a necessidade de se preservar os recursos naturais e proteger o futuro do homem na Terra. Em outras palavras, uma busca pela autoconservação. Esta é a racionalidade que permeia a maioria das construções discursivas que remetem ao etanol, seja para confirmar que a cana de açúcar é o cultivo energético mais “sustentável”, seja para questionar essa suposta eficiência. Podemos lançar a hipótese de que a preservação de si mesmo e de seus semelhantes –seja por medo, instinto, altruísmo ou vaidade–, essa ânsia pela autoconservação, seja um dos rostos do Outro sobre o qual, inspirada por Butler (2011), anteriormente nos perguntávamos.

Os discursos antagônicos aqui mencionados também não representam uma ruptura do sensível porque, neste debate, as falas são partilhadas por pares, notadamente cientistas –depois encampados por representantes governamentais, movimentos sociais, formadores de opinião em geral. São parceiros já instituídos, e com legitimidade reconhecida, no palco das argumentações. Posto que previamente creditados a falar, e dispendo de audiência apta a ouvi-los, encenam um confronto que não representa o choque de mundos sensíveis: eles estão dentro do mesmo mundo.

Possivelmente a questão ambiental moderna tenha tido, em suas raízes, um fundamento dissensual, quando emergiu por volta da década de 1960 para criticar o modo de produção capitalista. Ali tocou-se na fronteira do que era, até então, pouco passível de discussão no mundo ocidental: o modelo de desenvolvimento econômico em vigência. Pontuando os reflexos perversos do crescimento capitalista, o movimento ambientalista, na esteira reivindicatória de outros grupos, trouxe para o centro do debate elementos que antes estavam à margem, desorganizando o sensível, dando visibilidade a outra gama de personagens e acontecimentos. Porém, tão logo as críticas foram incorporadas pelos atores do núcleo do capitalismo⁷, instituiu-se relativa igualdade no estatuto das falas, transformando o que poderia ter sido “política”, no sentido rancieriano, em consenso. Segue-se a lógica do funcionamento dos Estados modernos como instâncias de administração: trocar a política (o dissenso) pela identificação de problemas que precisam ser solucionados (Rancière, 2006).

⁷ “O preço que a crítica deve pagar por ter sido ouvida, pelo menos parcialmente, é ver que uma parte dos valores por ela mobilizados para opor-se à forma assumida pelo processo de acumulação foi posta a serviço dessa mesma acumulação” (Boltanski e Chiapello, 2009: 63).

A partilha do sensível e o “outro opaco”

Para avançar na análise sobre as formações discursivas que circundam o etanol, passo a refletir a respeito das críticas que escapam da racionalidade ambiental e enfocam a histórica degradação humana proporcionada pela agroindústria canavieira. Não são raros, nem tampouco “invisíveis”, os estudos⁸ que mostram que, ao trabalho extremamente extenuante (em termos físicos e morais) nos canaviais, juntam-se condições alimentares insuficientes, baixos salários, calor excessivo, equipamentos de proteção inadequados e a imposição da “média”, ou seja, da quantidade diária de cana cortada, que em alguns casos pode conduzir a uma “overdose” do trabalho e à morte do cortador de cana (Alves, 2011).

Também devemos indagar sobre as críticas acerca da concentração fundiária proporcionada pelo expressivo movimento de fusões entre usinas brasileiras e grupos internacionais, que resulta na estrangeirização da posse da terra no Brasil, com graves conseqüências para a já concentrada estrutura agrária nacional (Sauer e Leite, 2012). Ao lado da internacionalização da propriedade fundiária, denuncia-se o aumento da precarização das relações de trabalho no campo –a despeito das convenções coletivas, dos acordos trabalhistas e dos compromissos de adoção de boas práticas firmados entre usineiros e organizações representativas dos trabalhadores, sob mediação do Estado (Silva, 2006; Silva, 2008; Alves, 2011).

Nesses dois feixes discursivos poderíamos encontrar mais rostos para o Outro ao qual as representações sobre o etanol se vinculam: o rosto do camponês e do bóia-fria. Não me parece, entretanto, serem estes os rostos aos quais respondemos eticamente, os rostos que colocamos antes de nós mesmos. O que, então, confere maior inteligibilidade aos discursos que camuflam essas realidades se elas não se encontram na esfera do invisível, já que desfrutam de visibilidade pública; não estão na esfera do indizível, pois têm representantes com estatuto reconhecido de fala.

Rancière (2005) afirma que a partilha do sensível dá forma à comunidade. “Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição de quinhões” (Rancière, 2005: 7). O pensador francês esclarece denominar partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha.

A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, diz o autor, ter esta ou aquela ocupação define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum. O cientista –assim como o representante do governo, do movimento social ou da indústria canavieira– tem sua competência reconhecida para falar no espaço comum, mesmo que fale em defesa de um grupo “desprivilegiado” (por exemplo, os cortadores de cana). A reprodução de sua fala pode sensibilizar o indivíduo que adere aos discursos pró-etanol, mas tem um gradiente de inteligibilidade limitado, porque o cortador de cana só participa do comum enquanto desempenha esta função específica (e, em geral, coletivamente aceitável): cortar a cana que produz o combustível limpo que nós desejamos. Fora desta atividade, ele, assim como o camponês expulso de sua terra, não partilha do nosso espaço sensível; torna-se um sem-rosto.

⁸ Ver, por exemplo: Silva (2008); Silva e Martins (2006).

A partilha do sensível tem a ver, portanto, com o sistema das formas que a priori determinam o que se dá a sentir (ver, falar e ouvir). É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, que definem a forma de experiência. Experiência essa que encontra-se encolhida, segundo Adorno e Horkheimer (1985), pelo ofuscamento proporcionado pela razão instrumental. Razão instrumental é aquela que, privada de sua capacidade reflexiva, empobrece o pensamento e a experiência ao reduzir-se à mera adequação entre meios e fins. Para tais teóricos, quanto mais complicada e mais refinada a aparelhagem social, econômica e científica, para cujo manejo o corpo já há muito foi ajustado pelo sistema de produção, tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz, separando a experiência do mundo sensível.

A razão instrumental (esclarecida) possibilita ao sujeito a faculdade de definir o objeto e manter-se a prudente distância dele, sem o movimento da reflexão que envolve sujeito e objeto num processo solidário. O indivíduo ofuscado, empobrecido em sua condição de sujeito, perde o compromisso inerente à razão plena (o da razão consigo própria, mediante a reflexão no sujeito), e passa a pensar a partir de blocos, que Adorno chama de *ticket-thinking*.

O *ticket-thinking* seria uma forma de perceber o mundo que opera segundo blocos de significados previamente dados. Esses blocos, embora contraditórios, se apresentam como coerentes para o sujeito, na medida em que aceitar um de seus elementos leva a aceitar os demais sem esforço de ajuste nem, muito menos, de reflexão (Cohn, 1998). Nos sujeitos ofuscados, portanto, a experiência encolhe ao ser substituída por clichês, que tantas vezes se comportam como mitos, produzidos pela instrumentalização de uma razão que intentava os suprimir.

Esses blocos de pensamento são legítimos por constituírem parte do sensível dos sujeitos ofuscados, que orientados pela sustentabilidade ambiental como um “fim”, aderem aos discursos pró-etanol. Essa escolha encontra-se embalada pela etiqueta da preocupação ambiental, preocupação com as gerações futuras, com a preservação da nossa qualidade de vida, que aglomerados em técnicas biopolíticas permanecem dentro das fronteiras do nosso sensível. Produzir/promover/consumir etanol é, deste modo, mais do que uma atitude econômica racional; é, para o sujeito ofuscado, uma prática coerente dentro de um quadro de urgência na preservação dos recursos naturais. A opção por um combustível limpo, renovável é uma atitude que o sujeito julga, portanto, ética, e que supõe algum grau de reflexão.

Mas a reflexividade, aqui, associa-se ainda ao desejo de autopreservação embutido na razão instrumental, estando descolada da reflexão crítica acerca dos meios técnicos mobilizados na produção de tal mercadoria. Esses meios, não raro conectados ao trabalho análogo à escravidão, à degradação do solo e da água, à concentração fundiária, entre outros, permanecem ofuscados, à sombra da razão técnica, mas não são invisíveis. Separados do “nosso” sensível, fazem parte de um outro altero, opaco.

Sob a lógica da administração das populações, é a opacidade do outro que torna a sustentabilidade ambiental (entre iguais) mais importante do que a vivência/sobrevivência digna do ente altero. Considerando, como diz Butler (2011), que cada um de nós se constitui politicamente de acordo com a vulnerabilidade de nossos corpos, compreendemos porque a não-identificação com o sujeito opaco (o trabalhador do canal, o camponês expulso da terra) torna-o passível de desumanização, sendo esta uma condição para sua exclusão do mundo sensível do sujeito empobrecido pela razão esclarecida. A vulnerabilidade dele não é a mesma que a mina.

Referências bibliográficas

Adorno, T., Horkheimer, M. (1985). *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

A inteligibilidade dos discursos que constroem o etanol como um “produto sustentável”... Mariana Bombo Perozzi Gameiro

- Boltanski, L., Chiapello, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Butler, J. (2011). “Vida precária” em *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, n. 1, 13-33.
- Cohn, G. (1998). #Esclarecimento e ofuscação: Adorno e Horkheimer hoje” em *Lua Nova*, n. 43. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 set 2013.
- Fargione, J. et al. (2008). “Land clearing and the biofuel carbono debt” em *Science*, v. 319, n. 5867, 1235-1238. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/319/5867/1235.full>>. Acesso em: 14 ago 2013.
- Freyre, G. (1933). *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Maia Schmidt.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2003). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2009). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Garcia Jr., A. (2009). *Sul, o caminho do roçado*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/UnB/CNPq.
- Hannigan, J. (2009). *Sociologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes;
- Holanda, S. B. de. (1936). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Jank, M. S., Nappo, M. (2009). Etanol de cana-de-açúcar: uma solução energética global sob ataque. In: Abramovay, R. (Org). *Biocombustíveis: a energia da controvérsia*. São Paulo: Editora Senac.
- Leff, E. (2009). *Ecologia, capital e cultura*. Petrópolis: Vozes.
- Macedo, I. et al. (2008). “Green house gases emissions in the production and use of ethanol from sugarcane in Brazil: the 2005/2006 averages and a prediction for 2020” em *Biomass and bioenergy*, v. 32, n. 7, 582–595. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0961953407002310>. Acesso em: 14 ago 2013.
- Palmeiras, M. (1976). “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional” en: *Congrès International des Américanistes*, Paris.
- Patzek, T. Pimentel, D. (2005). #Thermodynamics of energy production from biomas” em *Critical Reviews in Plant Science*, v.24, n.5.
- Rancière, J. (2006). “O dissenso” en Novaes, A. (Org.). *A crítica da razão* (p. 367-382). Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34.
- Runge, F., Senauer, B. (2007). “How biofuels could starve the poor” en *Foreign Affairs*, May-June.
- Sauer, S., Leite, S. P. (2012). “Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil” en *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, 503-524.
- Sigaud, L. (1979). *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades.
- Silva, M. A. de M. (2008). “Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho” en *Revista Pegada*, v.9, n.1.
- Silva, M. A. de M., Martins, R. C. (2006). “Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio” en *Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, 91-106.
- Silva, M. A. de M. (2014). “O trabalho oculto nos canaviais paulistas” en: Martins, R. C. (Org.). *Ruralidades, Trabalho e meio ambiente. Diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas* (p. 97-132). São Carlos, São Paulo: Edufscar, FAPESP.
- Thomaz Jr, A. (2013). “O tecido social do trabalho, a produção de alimentos versus agronegócio e luta de classes num ambiente de embates e debates” en Navarro, V. L., Lourenço, E. A. S. (Orgs.). *Avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas* (p. 361-393). São Paulo: Expressão Popular.
- Unica - União da Indústria de Cana de Açúcar. (2016). *Unicadata - plataforma de estatísticas*. Disponível em <<http://www.unica.com.br>>. Acesso em 01 mar 2016.
- Unica - União da Indústria de Cana de Açúcar. (2008). *Como e por que o álcool combustível melhora a sua vida e a do planeta*. São Paulo: Editora Globo. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/download.php?idSecao=17&id=31214393>>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- Unica - União da Indústria de Cana de Açúcar. (2012). *Etanol: uma atitude inteligente*. Projeto Agora – Agroenergia e Meio Ambiente. São Paulo, 16 p.

A inteligibilidade dos discursos que constroem o etanol como um “produto sustentável”...
Mariana Bombo Perozzi Gameiro

Weid, J. M. von der. (2009). “Agrocombustíveis: ¿solução ou problema?” en: Abramovay, R. (Org). *Biocombustíveis: a energia da controvérsia*. São Paulo: Editora Senac.